

## Idéias em debate

## Os condicionantes políticos da política econômica

JOSÉ PASTORE

A economia brasileira dá sinais de grave desorganização: estão à séria ameaça de recessão, hiperinflação e crise cambial terrível. Para o empresário está impossível investir e até mesmo pagar normalmente sua folha de pagamentos e os intoleráveis juros reais de 30% ao ano. Para o trabalhador e o consumidor seu poder de compra evapora-se dia-a-dia.

Entramos numa situação que exige medidas fortes ao mesmo tempo em que dispomos de um governo fraco. O presidente Sarney, há mais de seis meses, vem sendo questionado em todos os fronts. Ora questiona-se a sua legitimidade, ora a sua competência. Em 1986, com o Plano Cruzado a ilegitimidade foi compensada pela competência aos olhos da opinião pública que chegou até a referendar os candidatos do PMDB nas eleições de novembro. Hoje, porém, ele se depara dentro de uma dupla crise de ilegitimidade e competência.

Na tradição brasileira, é dever do governo promover o progresso econômico. Falhando nisso, a vontade imediata do povo é pedir para trocar o governo. Essa foi a grande virada da opinião pública de 1986 para 1987. Em consequência, abriu-se um vácuo no poder de tal modo que a crise econômica passou a alimentar uma crise política; e a crise política alimenta a crise econômica.

Já é tempo, pois, de perguntar por que as crises econômicas se transformam tão rapidamente em crises políticas neste país?

Analisando-se os modelos políticos de várias sociedades verifica-se que, nas mais avançadas, o povo, além de votar, participa de várias outras maneiras tais como: como membro da Associação de Pais e Mestres, sócio do sindicato e da associação profissional; fiel de sua igreja comunitária, participante das campanhas de saúde, educação etc. A participação nessas inúmeras pequenas instituições permite a resolução de vários problemas sem o encaminhamento para o governo. São sociedades que, no fundo, possuem uma grande capacidade digestora de conflitos baseada na operação dessas instituições processadoras de problemas. É aquilo que se poderia chamar de modelo liberal-participativo de democracia. Nessas condições, as crises econômicas não se transmitem imediatamente para o governo, pois várias outras soluções são antes tentadas.

Os países em desenvolvimento, como o Brasil, não têm conseguido entrar nesse modelo liberal-participativo. Aqui, quando muito, a participação se limita ao voto. As instituições digestoras são praticamente inexistentes e o que se chama de participação é a vocalização direta em cima do próprio governo. Em países como estes, o modelo político acaba oscilando entre dois pólos: o tecnocrático e o populista.

No modelo tecnocrático, os países põem muita ênfase nos investimentos — nacionais e estrangeiros — e, em pouco tempo, elevam o produto e promovem o crescimento. Mas, do lado social, tal modelo pressupõe a mais reduzida participação popular na sociedade. Na verdade, a esterilização da participação é condição para a aceleração do crescimento. No meio da caminhada, o crescimento desponta mas, com ele surgem também inúmeras desigualdades sociais que, aos poucos, também vão crescendo, tornando-se intoleráveis. Instala-se um clima de tensão social e demanda para maior participação. Nesse ponto, frequentemente, o pêndulo sai do modelo tecnocrático e desloca-se para o modelo populista.

No modelo populista, do lado social, os governos abrem amplo espaço para participação, vocalista na imprensa e outros canais de opinião pública. Do lado econômico, iniciam sua gestão distribuindo inúmeros benefícios sociais (campanha do leite, merenda escolar, medicamentos etc.) comprometendo severamente os orçamentos públicos. No meio da caminhada, porém, diminuem os investimentos, desaceleram-se o crescimento e, geralmente, entra-se em processos de inflação e recessão com desdobramentos para a área social na forma de descontentamento e revolta. Não raro, tais países chegam próximos da implosão que só não ocorre pela intervenção militar que reconduz o governo para o modelo tecnocrático.

Esse tem sido o destino pendular das sociedades latino-americanas e do Brasil. Saímos do modelo tecnocrático depois de duas décadas de rápido crescimento mas com ampliação das desigualdades que se tornaram particularmente insuportáveis depois da recessão de 1981-83. Entramos em 1985 com o modelo populista, com pompa e esperança, prometendo reduzir a desigualdade e terminar com a pobreza. Mas rapidamente, do lado econômico, diminuíram os investimentos, nacionais e estrangeiros, e entramos no atual sufoco econômico com inflação, recessão e crise cambial.

Tudo indica que, desta vez, o modelo populista deu sinais da fadiga muito precocemente. Sem instituições realmente processadoras dos problemas, todos eles subiram para o governo que na sua "ilegitimidade" e incompetência frustram o povo que, inconscientemente, lhe tirou o apoio. Os próprios partidos do presidente, o PMDB e o PFL, hoje procuram ficar longe dele para não serem contaminados com o desgato e para preservarem o mínimo de prestígio para uma eventual eleição. Em consequência, o presidente fica só, sem apoio dos partidos, dos políticos, da imprensa e da opinião pública. Falta-lhe força para apoiar seus ministros, especialmente os da área econômica, que precisam tomar medidas fortes.

Com esse quadro de fragilidade política a crise econômica não desata. Ao contrário, se agrada a cada dia. O povo só não foi para a rua porque alguns poucos amortecedores continuam vivos, em particular, o gatilho. O teste acabou de ser feito na semana passada: os governos dos Estados e das prefeituras que se negaram a pagar o gatilho jogaram o funcionalismo na praça pública. A questão agora é saber por quanto tempo as empresas privadas conseguirão pagar esse gatilho.

De qualquer modo, o modelo populista parece ter se exaurido precocemente. O presidente naufraga com ele. Tenta suas jogadas pessoais, propõe equiparação de mandatos, coalizão com os governadores, estradas mirabolantes, tudo isso para amenizar o noticiário sobre a deterioração de seu poder. Nada mais do que isso, pois a fonte real da deterioração é a crise econômica para a qual essas pequenas jogadas políticas não têm nenhum efeito.

O processo de deterioração é meteórico; uma velocidade incrível. E com isso a economia sofre; o povo se desespera; os ministros não conseguem fazer nada. Nenhum plano dá certo nesse vácuo de poder e credibilidade.

O que poderá acontecer? É lamentável ter de lembrar de 1964. Mas recordemos que uma pesquisa de opinião pública realizada na noite de 30 de março daquele ano no Rio de Janeiro concluiu que para o povo a maior aflição, naquele momento, não era a crise política por que passava o País, mas sim a inflação e a recessão. Apenas 5% das pessoas reconheceram uma crise política; a grande maioria insistiu na inflação e recessão; a maior parte demonstrou desejo de um governo "que fizesse alguma coisa"; uma minúscula minoria preocupou-se com

a distribuição de renda; quase todas as pessoas preferiam deixar a resolução do problema nas mãos do governo. Ou seja, no ápice do populismo os brasileiros mostraram-se mais preocupados com a crise econômica do que com a crise política partindo da tradição de que compete ao governo promover o progresso; se ele falha, que assumam alguém capaz de resolver a crise. Isso foi na noite de 30 de março de 1964.

Será que mudamos muito de lá para cá? É verdade, em muitos aspectos, o País é outro: estradas, pontes, telefonia, televisão etc. Mas no campo institucional somos quase o mesmo. As pequenas instituições processadoras de problemas não existem e não existem. O modelo liberal-participativo continua longe de nossas mãos. Os ingredientes não estão presentes. A participação limita-se à mera vocalização que consegue, quando muito, protestar mas quase nunca resolver os conflitos por menores que sejam. A participação, portanto, continua limitada. Lembremos que apenas 50% dos brasileiros votaram nos parlamentares na última eleição o que dá bem a medida do pouco significado do Congresso para a maioria da população.

É difícil acreditar pois que mudamos muito nessa área. A situação educacional até piorou. Hoje, em termos absolutos, temos mais analfabetos do que em 1964 — sem tocar na questão da qualidade do ensino. O Judiciário continua manietado e dependente do Executivo. Os meios de comunicação são ainda mais massificantes do que eram antes e centrados no consumismo.

Por isso, se fosse feita a mesma pesquisa hoje à noite no Rio de Janeiro, será que o resultado seria muito diferente daquele 30 de março de 1964? Volto a dizer que neste momento o gatilho salarial ainda funciona como um supressor da explosão social. Mas ele também começa a dar seus próprios sinais de fadiga e é bem possível que venha a ser esterilizado dentro de pouco tempo. Por outro lado, não há nenhuma garantia que a próxima sistemática de reajustes salariais venha a ser mais benéfica ao trabalhador do que o gatilho. Se com o gatilho já está havendo perdas, imaginem o que acontecerá com seu substituto se admitirmos realmente a necessidade de implementação de medidas fortes na área econômica.

A paralisia econômica determinada pelo impasse político e na ausência de instituições processadoras de problemas, coloca o Brasil outra vez na trajetória do movimento

pendular. A crise econômica não desata porque o mundo da política embaralhou-se demais. O embaralhamento é de tal ordem que se aproxima daquele novo embaraço do que mostra ser muito mais trabalhoso desembaraçar do que simplesmente comprar um novo. É aí que chegamos. Uma opção complicadíssima porque não é apenas a figura do Presidente que se embarçou e que está sendo questionada na sua legitimidade e competência. É o próprio PMDB que, em Janeiro de 1985 elegeu "ilegitimamente" o Presidente Sarney que naquele tempo foi considerado legítimo. Agora, seus

próprios eleitores o rotulam de ilegítimo. Ademais, é o PMDB o sr. Ulysses Guimarães, que à partir de 1985, praticou o seu populismo na área econômica, dizendo-se competente. Eles mesmos que hoje atribuem a Sarney, toda a incompetência na gestão econômica. Inquestionavelmente, a confusão é tanta que não se salva quase ninguém. Desse jeito ficaremos com um daqueles novos que dão muito mais trabalho para ser desembaraçado do que trocado por um novo...

Palestra feita no dia 15 de maio, no Rotary Clube de São Paulo